

Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, 16ª Sessão,

24 de abril a 5 de maio de 2017

PONTO 10 DA AGENDA: Diálogo com o Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas e com o Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas a respeito aos defensores dos direitos humanos indígenas.

Apresentado por Jazmin Alfaro, Confederação Unida do Povo Taíno , em nome dos participantes do Acesso ao Projeto 12º Workshop Anual de Capacitação Global para Povos Indígenas (África, Ásia, América Latina e Caribe, América do Norte e Pacífico, Europa Oriental, Rússia e Transcaucásia)

Obrigado Senhora Presidente, irmãos e irmãs indígenas,

Li em nome dos membros do Acesso ao Projeto da Tribal Link. Defensores de direitos humanos correm o risco de remoção política, social ou física, particularmente os povos indígenas.

Como afirmou o presidente da EMRIP na sua intervenção de hoje, 49% dos 282 defensores dos direitos humanos que foram assassinados em 2016 eram indígenas e defensores dos direitos ambientais. Numa vasta maioria dos casos, os assassinatos foram precedidos de advertências, ameaças de morte e intimidações, que, quando denunciados à polícia, eram rotineiramente ignorados.

A criminalização é a primeira escolha dos atores estatais e não estatais para silenciar os defensores e dissuadir os outros. Ataques físicos, ameaças, campanhas de difamação e prisão por protesto pacífico são comumente usados, particularmente no contexto de projetos de desenvolvimento. Além desses exemplos nos campos de oração no NoDAPL, jornalistas e documentaristas cobrindo Standing Rock foram acusados criminalmente na tentativa de silenciar a cobertura da mídia.

O assédio judicial, como em Camarões, fez com que o Sr. Musa Usman Ndamba comparecesse ao tribunal mil e treze vezes pelo mesmo caso de defesa de terras comunitárias contra apropriação de terras. Na Rússia, o Sr. Pavel Sulyandziga - que é membro do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a questão dos direitos humanos e corporações transnacionais e outros empreendimentos comerciais, está sendo perseguido politicamente e atualmente está exilado por seu trabalho. Além disso, notamos com lamento que Leonard Pelletier não recebeu clemência dos Estados Unidos.

Nas Filipinas, em 4 de fevereiro de 2017, o Sr. Renato Anglao, líder da Tribo Lumad foi assassinado por defender o território do seu povo contra os interesses mineiros. 14 outros ativistas do direitos das terras indígenas que se opunham à extração de recursos corporativos

também foram assassinados nas Filipinas apenas no primeiro trimestre de 2017. Além disso, desaparecimentos com foco especial no Paquistão, China e Tailândia também foram relatados.

Reconhecemos o padrão crescente dessas atrocidades e a cumplicidade do Estado nessas violações em aparente favor dos interesses corporativos acima das obrigações dos direitos humanos indígenas.

Dada a retaliação contínua aos povos indígenas e comunidades que se opõem a projetos industriais destrutivos do meio ambiente, exigimos que os estados parem com a militarização das terras dos povos indígenas.

Desafiamos o EMRP a emitir declarações mais fortes aos Estados membros e solicitamos ao relator sobre direitos humanos para prosseguir com as investigações sobre esses assédios e assassinatos.

Recomendamos que o Presidente do Fórum Permanente supervisione a criação de um banco de dados de todos os defensores de direitos humanos indígenas que perderam suas vidas nesta nobre causa.

Finalmente, recomendamos que a EMRIP, em seu novo mandato, dê atenção especial aos artigos 27, 28 e 40 da Declaração e crie um processo justo e equitativo para proteger os defensores de direitos humanos indígenas.

Obrigada.